

Brasil do Liberalismo ao Neoliberalismo

O liberalismo econômico de 1888 a 1930

“O liberalismo, em termos econômicos e sociais, não é uma coisa nova no Brasil. Em nosso país, a escravidão foi abolida oficialmente em 1888, mas daquela data até 1930, durante 42 anos vigorou um férreo liberalismo econômico e um privatismo completo nas relações sociais. A propaganda ‘liberdade de trabalho’ encobria, na verdade, uma brutal exploração e o desrespeito a direitos humanos básicos. Os gastos públicos não chegavam a 10% do PIB e se destinavam à garantia da segurança interna.”...

Esse privatismo na ordem social tinha bases constitucionais. A primeira constituição republicana, promulgada em 1891, vedava à União legislar sobre o direito do trabalho, previdência social e saúde. A alegação de nossas elites disso era necessário para garantir a autonomia dos Estados. Na verdade, a chamada “política dos governadores” e suas teses autonomistas disfarçavam a resistência da burguesia brasileira em estabelecer normas mínimas de proteção do trabalho.

No período de 1888 a 1930, portanto, o que prevaleceu em nosso país foi uma total informalidade no mercado de trabalho.

Inexistiam leis trabalhistas e contratos coletivos de trabalhos reconhecidos pelo patronato. Nem mesmo o contrato de prestação de serviços, previsto no código civil, era respeitado. A admissão às condições de trabalho e a demissão eram acertadas oralmente, não tendo o trabalhador garantia no emprego, aviso prévio e nenhuma indenização mesmo que já tivesse muitos anos no emprego.

Eram comuns os atrasos de salários e não havia nenhum instrumento legal que obrigasse o patrão a efetuar o pagamento. A jornada de trabalho atingia até 15 horas diárias, e as mulheres e as crianças eram submetidas a condições de trabalho particularmente duras. Em quase todos os ramos econômicos não havia direito de férias nem descanso semanal remunerado. Os acidentes de trabalho eram comuns em função das péssimas condições de trabalho em que eram submetidos os operários.

Como inexistiam saúde e previdência públicas, a situação dos trabalhadores nos momentos mais delicados de suas vidas era desesperadora. Nos casos de doença, invalidez, velhice, maternidade e morte, os trabalhadores não contavam com qualquer cobertura previdenciária e de saúde nem do estado e nem das empresas.

Nessas situações, ou eles tinham algumas economias pessoais ou, como acontecia na maioria das vezes, dependiam do apoio de familiares, eram internados em asilos ou simplesmente morriam por falta de atendimento.

A falta de regulamento básico nas relações de trabalho, levando ao “privatismo nas relações”.

A rigor, em toda a república velha foram aprovadas quatro leis trabalhistas: que versavam sobre o trabalho de menores, das mulheres, sobre acidente de trabalho e uma outra, sancionada em 1926, mandando conceder 15 dias de férias para uma parte dos trabalhadores.

Essas leis tinham alcance limitado e viravam letra morta na medida em eram descumpridas amplamente pelos patrões.

Como não existia nenhum organismo estatal para supervisionar a questão trabalhista, os conflitos trabalhistas caíam na jurisdição do código penal, ou seja, eram tratados como simples casos de polícia”.

O Ministério do Trabalho passou a existir em 1930.

Ceder os anéis para não perder os dedos.

Não é verdade que as legislações trabalhista e previdenciária foram simples outorga do Estado brasileiro e de Getúlio Vargas. Desde o final do século XIX, e particularmente no início do século XX, os trabalhadores resistiram ao privatismo econômico e social e realizaram dezenas de mobilizações e greves. Foram greves por categoria, greves gerais e estaduais e interestaduais, com destaque para a que aconteceu em São Paulo, em 1917. Tudo isso aconteceu numa conjuntura difícilíssima, onde eram negadas as mais elementares liberdades democráticas, em que os sindicatos eram constantemente invadidos e fechados e os dirigentes presos e deportados.

No começo do século XX aconteceram dois episódios no mundo que marcaram profundamente a vida social brasileira. O primeiro foi a Revolução Russa, que propugnava por uma transformação radical na sociedade, de caráter socialista, com forte influência em muitos países, inclusive no Brasil. O segundo episódio que influenciou muito a política brasileira foi o Tratado de Versalhes, em 1919, patrocinado pelas principais nações capitalistas, que o nosso país foi levado a subscrever, assumindo, assim, compromissos com uma maior regulamentação do trabalho e associando-se à recém criada OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Foi nesse clima que o Congresso Nacional brasileiro tornou-se mais acessível à discussão da questão social. Aumentaram significativamente os pronunciamentos e as iniciativas legislativas; os pouquíssimos parlamentares comprometidos com os trabalhadores passaram a contar com uma maior audiência. Pressionada por tremendas agitações internas e por uma conjuntura internacional marcada por revoluções sociais, a burguesia brasileira, a contragosto, “aceitou” realizar algumas mudanças no liberalismo econômico então vigente.

Em 1926, uma Emenda à Constituição de 1891 previu finalmente que ao Congresso Nacional competia “legislar sobre o trabalho e sobre licenças e aposentadorias”. Estava encerrada, pelo menos em termos jurídico-legais, o longo período de liberalismo econômico puro, onde o trabalho, a saúde e a previdência social eram tratados como fatores de mercado quaisquer.

O peso que a conjuntura nacional e internacional teve numa maior regulamentação do trabalho no Brasil foi expressa com precisão pelo industrial paulista Jorge Street, em 1919: “O velho mundo já passou pela fase de resistência e teve que ceder. Nós devemos nos conformar com o inevitável e queimar etapas que os outros já venceram. Isto me parece de boa e sã política para nós” (Morais Filho, 1978).

Portanto, no Brasil, assim como em todo o mundo, as reformas tiveram um caráter contraditório: foram resultado da pressão dos trabalhadores, através de duas mobilizações e greves, e foram “aceitas” pelas elites conservadoras, majoritárias no Parlamento e no Executivo, como forma de estabilizar a ordem capitalista. Foi a típica política de ceder os anéis para não perder os dedos. Foi essa tese que justificou a introdução no Brasil da legislação previdenciária e trabalhista. Senão vejamos.

O autor da primeira lei de previdência brasileira, o deputado paulista Eloy Chaves, era latifundiário e, como Secretário da Segurança Pública, coordenou a repressão à greve geral em São Paulo, em 1917. Em 1923, na exposição de motivos de sua lei de previdência, deixou claras as suas intenções: “À esperada luta de classes figurada e aconselhada pelos espíritos extremados ou desvairados, por estranhas e complicadas paixões, eu anteponho, confiado no êxito final, a colaboração íntima e pacífica de todos, em benefício da pátria comum e dentro da ordem” (ANFIP, 1993).

Também Getúlio Vargas, ao sancionar a legislação trabalhista e previdenciária, o fez com nítidos propósitos anti - comunistas. Num de seus pronunciamentos mais famosos, chegou a afirmar que o “individualismo excessivo que caracterizou o século passado precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser traído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolventes de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de pátria e de família” (Heloísa Martins, 1979).

Como se vê, toda a legislação trabalhista e previdenciária foram sancionadas dentro do princípio que norteou a Revolução de 1930: “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

Burguesia quer a devolução dos anéis

Nos anos oitenta, o chamado socialismo real entrou em colapso. Não se confirmaram os prognósticos de grande parte das correntes socialistas de que no leste europeu ou aconteceriam revoluções políticas ou auto-reformas que evitassem o retorno ao capitalismo. Depois de longas décadas de isolamento e ostracismo, o liberalismo voltou à cena política, agora batizado de neoliberalismo, inicialmente com Margareth Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados unidos, e, gradativamente, assumiu a hegemonia na maioria das nações do planeta.

Com a falência do socialismo real e com a esquerda desnorteada e dividida, a burguesia reunificou-se em torno de teses profundamente conservadoras, que advogam o individualismo nas relações sociais, a redução da carga tributária, o corte dos direitos sociais e trabalhistas, a desregulamentação dos mercados dos mercados financeiros e das economias, a privatização maciça das estatais e um Estado mínimo. Muitas dessas teses são facilmente questionáveis: como falar; por exemplo, em Estado mínimo se, na maioria dos países onde foi implantado o neoliberalismo, os gastos públicos cresceram? Na verdade, o Estado vem sendo crescentemente privatizado, com o corte de direitos sociais e o remanejamento de recursos para o pagamento de encargos financeiros.

Sem um sistema social concorrente, os capitalistas abandonaram as suas veleidades reformistas e, além de não quererem ceder os dedos, passaram a exigir a devolução dos anéis. Os neoliberais falam que estão reformando a ordem social e qualificam a esquerda de conservadora porque quer a sua manutenção. Trata-se de um embuste político e publicitário: as reformas tal como as entendemos historicamente são mudanças progressistas e que ampliam os direitos da cidadania; já os neoliberais propõem-se, na verdade, contra-reformas. Isso porque toda e cada uma de suas medidas não avançam as conquistas sociais; visam, isso sim, restaurar velhos princípios que vigoraram no século XIX e no início do século XX e dos quais todos conhecemos as conseqüências.

No Brasil tivemos uma mudança extremamente rápida nos últimos anos. Depois de muitas lutas políticas, mobilizações e greves, colocamos fim à ditadura militar e elaboramos uma Constituição que consignou muitas conquistas em termos políticos, econômicos e sociais. Para que se tenha uma idéia da velocidade dos acontecimentos políticos, basta dizer que, em 1988, o Partido dos Trabalhadores recomendou que seus deputados não assinassem a Constituição devido aos seus limites políticos, como no capítulo da reforma agrária e em outros. Hoje, nossa luta é para que não se mude o texto constitucional. Uma Constituição novinha em folha, ainda não regulamentada. Foi atropelada poucos anos depois de sua promulgação.

Particularidades do Neoliberalismo no Brasil

Para se entender a consolidação do neoliberalismo no Brasil é preciso atentar para algumas particularidades políticas e econômicas. Nosso País enfrentou, ao longo das últimas décadas, um processo inflacionário devastador, que deixou um saldo dramático de miséria e concentração de renda. Segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas, a inflação no Brasil nos últimos 30 anos atingiu a impressionante cifra de 1142332741811850%. Isso mesmo: 1.1 quadrilhão por cento.

Em que pese o caráter concentrador de renda da inflação, é preciso reconhecer que, de forma hábil, a burguesia brasileira roubou a bandeira da estabilidade dos preços, que deveria ter sido desfraldada pelas correntes de esquerda. No final da década de 70 e no início da década de 80, existiu, sobretudo em São Paulo, um movimento popular massivo contra a carestia, que realizava atos públicos amplos, passava abaixo-assinados e enfrentava a ditadura militar. Gradativamente, a esquerda abandonou a luta contra a carestia e fixou-se somente na proposta de indexação salarial, que supúnhamos poderia, se fosse mensal,

neutralizar a inflação. Tratou-se de um grave erro político que deixou a bandeira do fim da inflação basicamente com as elites dominantes.

Essa é uma questão chave para se entender o neoliberalismo em nosso País. Diante de uma inflação galopante, crescente e persistente, o governo implementou o Plano real, que conseguiu, de fato, reduzir a inflação para patamares muito baixos. Com a redução do chamado imposto inflacionário que era apropriado pelos bancos, pelas empresas e pelo setor público, foi possível, num primeiro momento, um ganho para as camadas mais pobres da população, que não contavam com contas remuneradas e com mecanismos de indexação de seus parcos rendimentos.

Com o grande apoio popular que conseguiram num primeiro momento, os neoliberais criaram uma âncora política fortíssima para implementar as contra-reformas no Estado. Todas as medidas que propõem, afirmam, são pré-condições para se garantir a estabilidade econômica e a inflação baixa. Esse é o álbi que a burguesia utiliza para se garantir a estabilidade econômica e a inflação baixa. Esse é o álbi que a burguesia utiliza para implementar as contra-reformas (econômica, administrativa, previdenciária, trabalhista e outras) que mudam completamente os rumos do Brasil. A reeleição é a coroação desse projeto: a permanência dos governantes é defendida como sendo a garantia de que não haverá uma ruptura de continuidade, ao mesmo tempo em que a oposição de esquerda é qualificada de portadora do caos vivenciado no passado.

Uma segunda particularidade no neoliberalismo no Brasil é que, além das estatais, está em curso uma ampla privatização dos serviços públicos. Diferentemente da Europa, onde os serviços públicos são um fator de consenso e integração social, em nosso país eles são de péssima qualidade e representam uma das faces mais visíveis da profunda desintegração social. Por isso mesmo vem sendo aprofundada a privatização da saúde e previdência, sem que haja uma maior resistência da sociedade. Fernando Henrique já deixou claro que uma de suas principais propostas para um eventual próximo mandato é uma radical reforma da previdência no rumo do regime de capitalização (previdência privada).

O processo de inserção na chamada globalização do qual o Brasil vem participando (Mercosul e ALCA) fortalece esse caminho privatista da seguridade social. Um documento do Ministério da Previdência Social coloca essa questão nos seguintes termos: “A integração dos países em blocos comerciais tem importantes implicações nas legislações trabalhista e previdenciária. Para que as empresas continuem competitivas, as legislações dos países que compõem o Mercosul precisam ser neutras, ou seja, precisam ser equivalentes em termos de custos de produção. Além disso, uma característica básica dos Mercados Comuns tem sido a mobilidade de mão-de-obra-uma realidade que já é visível na União Européia. Quanto mais o Mercosul se fortalecer, menor deverá ser a diferença entre os países membros no que se refere à legislação trabalhista e previdenciária. A lógica inerente aos blocos comerciais leva inevitavelmente a uma harmonização nessa área”. (MPS, 1997).

E em que bases se propõe essa harmonização da legislação trabalhista e previdenciária? Como o neoliberalismo é amplamente hegemônico nas Américas,

essa harmonização implicará na adoção do modelo de política social dominante na maioria dos países, em particular aquela vigente nos Estados Unidos: corte generalizado dos direitos trabalhistas, privatização da previdência e da saúde e enfraquecimento ainda maior da negociação e contratação coletivas do trabalho. Se essa política liberal tem implicado numa grande exclusão nos Estados Unidos (40 milhões não têm plano de saúde, aumento da pobreza etc.), é de se imaginar o estrago que fará na América Latina.

A privatização da seguridade social na América Latina, inspirada no modelo chileno, é um verdadeiro absurdo. Primeiro: mesmo privados, os planos de saúde e previdência permanecem compulsórios, ou seja, o Estado conferiu capacidade tributária para as seguradoras, além do que o Estado e o patronato se desobrigam do custeio, deixando-o a cargo unicamente dos trabalhadores. Segundo: as receitas da Previdência foram privatizadas, mas o passivo vem sendo estatizado (pagamento do estoque de aposentadorias e pensões e devolução das contribuições dos trabalhadores em atividades efetuadas ao sistema público de previdência); além disso, como os aposentados e pensionistas perderam a cobertura solidária dos trabalhadores em atividade, a previdência para eles deixou de ser um pacto pela vida e virou um pacto de morte. Terceiro: como o modelo privado de previdência é concentrador de renda, tem ficado para o Estado a complementação de um benefício mínimo. Quarto: todos os benefícios da assistência social, para os quais não existem fontes contributivas, e as aposentadorias e pensões dos militares ficaram sob a responsabilidade do Estado.

Uma terceira particularidade do neoliberalismo no Brasil é a existência de uma burocracia sindical neoliberal – a Força Sindical – que vem não somente apoiando as propostas governamentais, como, em muitos momentos, procura liberar a implementação de tais propostas. A Força Sindical apoiou a reforma administrativa e o fim da estabilidade dos servidores; foi sua a proposta inicial de Contrato Temporário de Trabalho; apóia a privatização da Previdência e a flexibilização geral da legislação trabalhista, a exemplo da redução de salários. Os dirigentes sindicais pefelistas têm dado uma grande contribuição na desarticulação da embrionária legislação social brasileira.

Finalmente, cabe ressaltar que a estrutura sócio-econômica brasileira já é meio caminho andado para as propostas neoliberais. O governo quer precarizar o mercado de trabalho, mas, tal como no velho liberalismo, mais da metade dos trabalhadores brasileiros já são informais, e os que têm carteira assinada não possuem qualquer garantia no emprego e suas condições de trabalho são precárias. O governo quer restringir drasticamente a amplitude dos serviços públicos, mas em nosso país não existe, na prática, a universalidade e a integralidade na cobertura dos serviços públicos; em diversas áreas, como a saúde e a educação, o peso do setor privado já é muito expressivo. As propostas neoliberais vão concentrar ainda mais a renda e a riqueza, mas isso em nosso País já é uma dura realidade.

Projeto nacional e serviços públicos

Num país desigual e desintegrado socialmente como o Brasil não é tarefa fácil o estabelecimento de uma luta unitária em defesa das políticas sociais. Aqui não se consolidou um Estado do Bem Estar Social que atendesse, com um mínimo de qualidade, as demandas em termos de serviços públicos dos segmentos mais pobres e das classes médias. Muitos dos direitos foram implantados através de um viés corporativista, visando atender as demandas dos segmentos mais organizados dos trabalhadores e com maior capacidade de pressão política, e, portanto, não se tornaram universais.

Quando não conseguiram que o Estado atendesse às suas demandas, como no caso da saúde, previdência e educação, por exemplo, diversos segmentos dos trabalhadores passaram a pleitear, de forma prioritária, a concessão de incentivos fiscais para que pudessem comprar serviços privados. E nessa perspectiva, a crítica aos impostos é menos porque não existe uma contrapartida em termos de serviços públicos, mas porque o Estado retira recursos que seriam necessários para a ampliação da compra de serviços privados. Assim, grande parte dos serviços públicos passaram a ter como clientela somente as camadas mais pobres da população, que encontram-se desorganizadas e possuem uma pequena capacidade de pressão política.

Consolidou-se, portanto, uma cultura no Brasil de que os serviços públicos são para gente pobre. E isso têm consequências políticas muito graves, pois favorece a estratégia neoliberal que busca empurrar uma parte expressiva da população para os serviços privados, tornando os serviços públicos cada vez mais seletivos e precários e voltados somente para as parcelas mais miseráveis da população. Podemos dizer mesmo que a linha de corte estabelecida no Brasil (serviços públicos para os pobres e serviços privados subsidiados para as classes médias) é inteiramente compatível com o neoliberalismo, que trabalha pela radicalização dessa política.

O mais grave é que essa cultura privatista encontra-se bastante arraigada nas bases sociais da esquerda, formada pelos trabalhadores do setor formal da economia dos segmentos público e privado. É lamentável reconhecer que os sindicatos fortalecem essa política: defendem teoricamente as políticas públicas, mas se articulam muito pouco em sua defesa. O empenho político, no entanto, é muito grande quando se trata de ampliar os benefícios sociais para os seus filiados nas negociações coletivas (saúde, previdência, alimentação, creche, educação, transporte, etc.). Mesmo entre os servidores públicos é muito forte a reivindicação por serviços privados. Se os servidores públicos detonam os serviços públicos, quem mais irá defendê-los? Finalmente, cabe dizer que inúmeras lideranças de esquerda que defendem no discurso os serviços públicos, praticamente não os conhecem do ponto de vista prático, pois são em tudo usuários dos serviços privados.

Esse afastamento dos serviços públicos por parte dos segmentos da população mais organizados e com maior capacidade de pressão política é um fator desagregador da sociedade brasileira, que dificulta imensamente a consolidação de um projeto nacional para o Brasil. Os segmentos populares sentem-se abandonados e esquecidos nos seus dilemas diários no sistema público de saúde, nos transportes coletivos, na educação e na previdência social. Sem alternativas à esquerda, as camadas mais pobres da população são ainda hoje facilmente atraídas pelos políticos fisiológicos, populistas e de direita, que, de forma demagógica, se apresentam como os reais representantes dos mais carentes.

É uma grande contradição para a esquerda se apresentar como a vanguarda dos segmentos mais explorados da população, mas cuja base social concentra-se cada vez mais na classe média baixa e nos servidores públicos. Ao contrário do que muitos afirmam nos debates políticos e ideológicos, é nas administrações públicas em muitos Municípios e em alguns Estados que a esquerda tem a face mais popular. Muitas políticas implementadas – saúde, educação, transporte, renda mínima, políticas de emprego e renda, abastecimento, cultura, saneamento, moradia, crédito popular – transcendem em muito os seguimentos mais organizados da sociedade e favorecem amplas camadas mais pobres da população.

Portanto, a consolidação dos serviços públicos de boa qualidade é um dos elementos chave de um projeto nacional e de um programa de esquerda para o Brasil. Esse é um ponto programático que pode saldar uma sólida aliança entre as camadas mais pobres e as classes médias. Trata-se, evidentemente, de uma estratégia de difícil implementação, pois existem elementos políticos e ideológicos de difícil superação, mas é a única possibilidade de acumularmos força de forma consistente para derrotarmos o neoliberalismo no Brasil. Para termos sucesso, temos de atuar em duas frentes.

Em primeiro lugar, trata-se de implementar políticas econômicas e sociais que dêem alguma perspectiva de vida para os desempregados, para as crianças de rua, para os idosos carentes, para as populações rurais e das periferias das cidades, para os portadores de deficiência e outros segmentos marginalizados. Tais segmentos constituem-se como os principais usuários dos serviços públicos. Devemos estimular sua organização para pressionar pela melhoria de tais serviços. Por exemplo: se os aposentados e pensionistas, que estão entre os principais segmentos prejudicados com o caos na saúde pública, entrarem de forma organizada na luta pela melhoria do SUS – Sistema único de Saúde -, poderíamos obter vitórias muito mais rápidas. E isso não é fantasia política. Se no campo os sem terra conseguiram se organizar, por que não se consegue organizar os sem cidadania no meio urbano?

Em segundo lugar, precisamos atrair o apoio político da classe média para a batalha pela melhoria dos serviços públicos. “É preciso assegurar educação, saúde e transporte públicos aceitáveis a ela. Ela tem que tornar-se algo beneficiária e, porque beneficiária, reformadora da prestação social do Estado... Todo o povo brasileiro lucrá quando houver ensino e saúde públicos para a classe média. Só

quando a classe média estiver dentro da rede pública é que a rede pública prestará. A classe média exigirá serviços de qualidade. Imporá seus padrões aos estabelecimentos que frequenta. Torna-se-á defensora do nível pesado de tributação que o financiamento público de tais serviços exige. Apoiará um Estado enriquecido e atuante, capaz de aliar-se à maioria assalariada do País” (Mangabeira Unger, 1998).

Um exemplo das possibilidades da luta pela melhoria dos serviços públicos com o apoio da classe média é em relação à educação. Em função do arrocho salarial, muitas famílias têm retornado os seus filhos para as escolas públicas, e a repercussão política pela guerra por vagas tem sido enorme. Nesse caso, o retorno é baseado na seguinte lógica: na educação, as famílias de classe média vêem a possibilidade de cumprir uma função complementar na educação dos filhos, e parte do que se gastava na escola privada é utilizada para ensino especializado (línguas, informática etc.). Na questão da saúde, a situação é mais complexa porque a família pouco pode fazer, e mesmo com o arrocho salarial a tendência é o crescimento do setor privado, a não ser que os serviços públicos nessa área tornem-se confiáveis e de boa qualidade.

Portanto, “é uma ilusão acreditar que o empobrecimento da classe média e sua crescente incapacidade de pagar a escola particular e o plano de saúde resolverão o problema por si. Apenas cortarão essa classe ao meio, obrigando a parte mais pobre dela a aceitar o inaceitável” (Mangabeira Unger, 1998). O fortalecimento dos serviços públicos passa pela sua preservação no texto constitucional, pela sua melhor administração, pela ampliação das vergas e pela implementação de um efetivo controle social. Só assim poderemos atrair de volta a classe média para os serviços públicos, o que será fundamental para consolidar um projeto nacional com ampla base social.

Uma resistência necessária

O neoliberalismo encontra-se numa fase avançada de implantação no Brasil. Nosso País, com Fernando Collor e Fernando Henrique, aplicou muitas das recomendações do chamado Consenso de Washington: I – adotou uma ampla abertura comercial, que teve efeitos desastrosos, sobretudo em função da sobrevalorização do real e da alta taxa de juros; II – desregulamentou os fluxos os fluxos financeiros, tornado-se presa fácil dos capitais especulativos; III – privatizou uma grande parte do patrimônio público; IV – realizou uma ampla reforma administrativa, acabando com a estabilidade dos servidores e abrindo ainda mais os serviços públicos para a iniciativa privada; V – iniciou a retirada dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Mas mesmo com essas medidas, o Brasil é ainda o grande país das Américas onde o neoliberalismo encontra-se no estágio mais atrasado de implantação. Para as elites, muitas das reformas constitucionais são uma “meia-sola” para ganhar algum tempo, para mais adiante implementa-las por inteiro. São consideradas “meia-sola”

as reformas da Previdência Social, da legislação trabalhista e administrativa, que seriam fundamentais para a superação da crise fiscal do Estado brasileiro.

Segundo Celso Pinto, colunista do jornal Folha de São Paulo, “existe uma sensação, no mercado financeiro, de que o governo Fernando Henrique fez o caminho clássico das reformas liberais pela metade e que talvez esteja perdendo seu ímpeto reformista”. Para esse colunista, Fernando Henrique, visando reverter as expectativas, “quer fazer direito a lição de cada desta vez. Vai começar a trabalhar, já neste ano, num conjunto de propostas de reformas que poderiam dar novo alento ao Plano Real e à sua candidatura presidencial em 1998” (Pinto, 1998). Mas qual é, afinal, o conteúdo da segunda geração das reformas liberais?

Não temos dúvidas de que a proposta central das elites para o próximo período será uma profunda reforma da Previdência Social na direção da capitalização (previdência privada). Trata-se de uma estratégia visando enfraquecer o sistema previdenciário enquanto um instrumento de distribuição de renda e sua consolidação enquanto instrumento lucrativo do poderoso lobby do capital financeiro. As previdências do regime geral (INSS) e a dos servidores públicos movimentam aproximadamente R\$ 100 bilhões por ano. Isso atrai a cobiça do capital financeiro, que extrai cada vez mais seus lucros da área securitária (previdência, seguro individual, seguro saúde). Já estamos assistindo a uma grande movimentação das seguradoras e bancos internacionais em direção ao Brasil, todos de olho na privatização da Previdência Social.

O modelo de previdência a ser implantado é uma adaptação do modelo chinelo. Ao invés de privatizar tudo como no Chile, seria privatizada a previdência nas faixas salariais acima de três ou cinco mínimos. O ex-ministro Antônio Kandir, num momento de grande sinceridade, deu três motivos para a escolha dessa estratégia:

I – É preciso evitar uma polarização ideológica: “qualquer movimento radical de reforma do sistema previdenciário tende a tornar ideológica a discussão, favorecendo a polarização das políticas representadas no Congresso Nacional. Vale dizer que haveria forte realização à privatização total da Previdência Social por parte dos parlamentares mais identificados com a tese da intervenção estatal na garantia dos direitos sociais da população”;

II – Pequenos poupadores não interessam às seguradoras: “haveria, igualmente, uma reação negativa dos potenciais interessados na administração das entidades de previdência, no que tange a absorção de um número elevado de pequenas contas”;

III – Pobres não têm cultura para participarem de previdência privada: “a boa saúde financeira de um sistema previdenciário privado depende do poder de acompanhamento e fiscalização exercido pelos segurados. Esse poder, por sua vez, pressupõe uma capacidade cognitiva mínima, o que certamente guarda relação com um nível mínimo de renda” (Kandir, 1993).

Vem ganhando muita força também junto às elites e aos seus aliados (Força Sindical, por exemplo) o modelo de previdência adotado na Argentina. Lá, quem

entrar agora para o mercado de trabalho passa a ser um sócio da previdência privada, e quem encontra-se no mercado de trabalho poderá “optar” entre a previdência pública ou privada.

Não é preciso dizer que as camadas com maior poder aquisitivo aderiram à previdência privada: já quem ganha menos, cujas aposentadorias terão que ser subsidiadas no futuro, continuaram com a previdência pública. O que empolga as elites nessa proposta é o seu forte apelo político junto às classes médias e aos trabalhadores do setor formal da economia, que poderão “democraticamente” escolher o seu sistema de aposentadoria.

As conseqüências econômicas, sociais e ética da privatização da previdência são dramáticas. Segundo algumas estimativas, a privatização nos moldes chilenos deixaria um passivo a ser descoberto pelo Estado nos próximos 30 a 40 anos de aproximadamente R\$ 2 trilhões, e mesmo a redução do teto da previdência pública para três ou cinco mínimos tem custos elevadíssimos. Se depender das elites, grande parte desse passivo será repassado aos trabalhadores do setor público e privado. No plano social, ao invés de o país preparar-se para acolher uma população cada vez maior de idosos, a privatização significa o Estado e a sociedade lavarem as mãos e empurrarem milhões de cidadãos para a marginalidade. Do ponto de vista ético, as conseqüências são cruéis: a previdência deixa de ser um pacto pela vida, e passa a ser um pacto de morte, cujo sucesso depende da morte de toda uma geração de aposentados e pensionistas e de trabalhadores com muitos anos de serviço, que foram o passivo indesejado na transição da previdência pública para a previdência privada.

Uma segunda reforma fundamental que mobiliza as elites é a trabalhista, para reduzir o que chamam de “custo Brasil”. Não satisfeitas com o fato de os trabalhadores brasileiros estarem entre os mais explorados dentre as grandes nações do planeta, as elites querem derrocar toda a legislação trabalhista. Malandramente, o governo não quer assumir o ônus de colocar fim aos direitos trabalhistas; quer que essa tarefa seja assumida pelos sindicatos. Para isso está estreitamente articulado com os pefelistas da Força Sindical, que se dispõem a fazer o serviço sujo.

Como existe no Brasil um sindicalismo combativo, organizado na CUT, os governistas querem remover alguns entraves na legislação sindical para implementarem um sindicalismo patronal e por empresa. Assim, esperam destruir essa central sindical ou pelo menos conseguir a sua completa rendição perante a precarização do trabalho. O neoliberalismo não tem contradições com o sindicalismo fascista e atrelado ao Estado, pois onde lhe é conveniente defende a sua manutenção, a exemplo do México e Argentina. Aqui os liberais se opõem à estrutura sindical, porque a CUT se apossou de boa parte dela. Por tanto não podemos confiar nesse governo quando prega uma liberdade sindical e a contratação coletiva do trabalho. Em países europeus, a contratação coletiva do trabalho ajudou no processo de conquistas sociais e na consolidação de uma sociedade mais igualitária. Aqui, a contratação coletiva do trabalho está sendo utilizada à maneira liberal, como forma de forçar um consenso (uma rendição, na verdade) dos trabalhadores diante das empresas.

Uma terceira reforma que está na mira das elites é a da administração do Estado. Trata-se, fundamentalmente, de transferir grande parte dos serviços públicos para a iniciativa privada. Está aí o PÁS – Plano de Assistência à Saúde -, de Paulo Maluf e do PPB, que transferiu os serviços de saúde para as cooperativas médicas. Já foi aprovada uma lei criando as organizações sociais, que lança as bases jurídico-legais para que sejam transferidos a pessoas Jurídicas de Direito Privado grande parte dos serviços prestados pelo Estado, nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte etc. Essas organizações “ públicas não estatais”, caso implementadas amplamente, se transformarão em currais eleitorais dos políticos conservadores, que poderão indicar sem concursos os funcionários, além de enquadrá-los a todos como celetistas, comprar sem licitação, dentre outras coisas, prática bastante conhecida em passado recente.

Um segundo aspecto não menos importante para a reforma administrativa é a modificação radical na previdência dos servidores públicos. Atualmente os institutos de previdência existente só pagam as despesas como pensões; as aposentadorias em geral, são pagas diretamente pelos tesouros nas três esferas de governo. O que os governistas querem é a transferências também das aposentadorias para o instituto de previdência só que repassando grande parte do passivo, resultante da transição de sistemas, para os servidores públicos.

Uma quarta reforma no plano das elites é da legislação tributária. O que pretendem é recentralizar os tributos da União em prejuízo dos Municípios e Estados e, principalmente, a reforma tributária das contribuições sociais, que financiam a previdência, a saúde, assistência social, o seguro-desemprego e outros programas sociais, com a supressão de contribuições e a desvinculação das políticas sociais. Ou seja, o que se propõe é acabar com a contribuição previdenciária sobre a folha de salários, o repasse do seguro de acidentes de trabalho para as empresas privadas, o fim do PIS-PASEP e o enfraquecimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador, dentre outras medidas.

Finalmente, vem a reforma política, que, para as elites não passa de um arranjo casuístico para estabilizar a dominação de direita no Brasil. Prevendo um bom crescimento da esquerda e a permanência de dissidentes na base dos partidos de sustentação, os governistas temem que se inviabilize, no próximo período, a segunda geração de reformas liberais que apontamos anteriormente. A saída é apontada pelo Presidente do PFL, Jorge Bornhausen: “Acho que a solução é votar a fidelidade partidária. Sou a favorável a votar a fidelidade partidária logo depois da eleição, a partir de novembro. Caso contrário, há o risco de uma crise institucional. Não conseguiremos votar nenhuma reforma sem fidelidade partidária” (Folha de São Paulo, 23-06-98). Outros pontos defendidos pelo governo são o voto distrital e cláusulas de barreira para os partidos políticos.

Diante dessa situação, não resta alternativa às esquerdas se não oporem a mais profunda resistência. Se as elites conseguirem, em outubro de 1998, uma vitória esmagadora, estarão dadas as condições para a consolidação plena do

neoliberalismo no Brasil. Teremos então um Estado mínimo que cuidará basicamente da coleta dos impostos, da diplomacia de algumas agências de fomento e de regulamentação da justiça e da segurança pública.

A questão social é a última trincheira da esquerda e dos segmentos progressistas da sociedade. Ainda hoje, mesmo com o desgaste político sofrido em todo o mundo, a questão social se confunde com os valores da esquerda. Trata-se do elo mais fraco do capitalismo e da sua versão dominante, o neoliberalismo. E isso já está comprovado em todo mundo: é nas questões relativas ao emprego, ao contrato de trabalho e aos direitos sociais que o neoliberalismo vem demonstrando o seu significado mais repugnante e onde vem encontrando as maiores reações populares. São essas questões que tem motivado as lutas sindicais e populares em todo o mundo, bem como são elas também que vem desequilibrando as disputas eleitorais, em favor da esquerda e da centro-esquerda, em diversos países. Por tanto, podemos afirmar que a questão social é um dos maiores ganchos para a reversão da onde neoliberal que tomou conta do planeta nos últimos anos.

ARAÚJO, José Prata. Manual dos Direitos Sociais da População; as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais. Belo Horizonte/MG: Editora e Gráfica O Lutador, 1998.